



Coordenação do Ministro
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

As Garantias do Cidadão na Justiça



 editora
SARAIVA

Índice

<i>Apresentação</i>	VII
1. A evolução do controle da constitucionalidade no Brasil. José Carlos Moreira Alves	1
2. A fiscalização concreta da constitucionalidade em Portugal. Jorge Miranda	15
 3. O direito constitucional à jurisdição. Cármem Lúcia Antunes Rocha	31
4. A cidadania e o poder. Ives Gandra da Silva Martins	53
5. A supremacia dos princípios nas garantias processuais do cidadão. José Augusto Delgado	63
6. O aprimoramento do processo civil como garantia da cidadania. Sálvio de Figueiredo Teixeira	79
 7. Proteção processual dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. Celso Agrícola Barbi	93
8. As garantias do cidadão brasileiro no campo penal. Paulo José da Costa Jr.	109
9. La tutela procesal de los derechos en Argentina. Roberto O. Berizonce	123
10. La tutela constitucional del proceso en el derecho uruguayo. Jaime Greif	139
11. A “plenitude de defesa” no processo civil. Ovídio A. Baptista da Silva	149
12. Anotações sobre as perplexidades e os caminhos do processo civil contemporâneo — sua evolução ao lado da do direito material. Arruda Alvim	167

13. Demandas coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. Kazuo Watanabe	185
14. AVOCATÓRIA: violação do “Juiz natural” ou uma exigência de nossos tempos? Adhemar Ferreira Maciel	197
15. O direito à assistência jurídica: evolução no ordenamento brasileiro de nosso tempo. José Carlos Barbosa Moreira	207
16. O mandado de segurança coletivo como garantia dos cidadãos. Athos Gusmão Carneiro	219
17. A desjuridicização dos conflitos trabalhistas e o futuro da Justiça do Trabalho no Brasil. Antônio Álvares da Silva	243
18. O papel do Ministério Público na nova Constituição. Aristides Junqueira de Alvarenga	279
19. Garantias do contribuinte defluentes do sistema tributário da Constituição brasileira de 1988. Sacha Calmon Navarro Coêlho	285
20. Acesso à Justiça e garantias constitucionais no processo do consumidor. Ada Pellegrini Grinover	293
21. O acesso dos consumidores à Justiça. Mauro Cappelletti	309
22. Os códigos de processo civil francês e helênico em face do acesso do consumidor à Justiça. Vassili Christianos	327
23. Tomemos a sério o silêncio dos poderes públicos — o direito à emanção de normas jurídicas e a protecção judicial contra as omissões normativas. José Joaquim Gomes Canotilho	351
24. A regra do esgotamento dos recursos de direito interno na jurisprudência da Comissão e da Corte interamericanas de direitos humanos. Antônio Augusto Cançado Trindade	369